

## Formação da Sociedade Brasileira e o Ensino Superior *Formation of the Brazilian Society and Higher Education*

**Paulo Sérgio Araújo Tavares<sup>1</sup>, Cláudia Magalhães Caparroz<sup>1</sup>, Elisa Maria Andrade Brisola<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestrandos do Programa de Pós-graduação em Educação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté - UNITAU, Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12100-000, Centro, Taubaté, SP, BR (psatavares@hotmail.com; claudiacaparroz@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Educação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté - UNITAU, Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12100-000, Centro, Taubaté, SP, BR (elisabrisola@gmail.com)

Recebido em 09 de abril de 2015; Aceito em 16 de junho de 2015.

### Resumo

O presente artigo pretende discutir a formação da sociedade brasileira e como esta constituição trouxe fortes consequências aos processos políticos do país. Elegeu-se discutir especificamente a história do Ensino Superior no país. Utiliza-se referenciais bibliográficos que se referem ao tema para discutir e analisar o estudo proposto. Conclui-se que ao perpassar todas as dimensões das reformas implementadas, o sucateamento do Ensino Superior ocorreu, em grande parte, devido ao aceleramento da privatização do ensino. Tal crescimento fez-se com a concordância governamental diante da qualidade insuficiente do ensino ministrado nas instituições privadas e até mesmo com o benefício do credenciamento acadêmico e do crédito financeiro, visando sempre à lógica do neoliberalismo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano; Formação da Sociedade Brasileira; Ensino Superior Brasileiro.

### Abstract

This article aims to discuss the formation of Brazilian society and how this constitution brought heavy consequences to the political processes of the country. He was elected specifically discuss the history of higher education in the country. Used bibliographic references that refer to the topic to discuss and analyze the proposed study. In conclusion to pervade all dimensions the reforms implemented, the scrapping of Higher Education was largely due to the acceleration of privatization of education. This growth was made with government agreement on the insufficient quality of education in private institutions and even with the benefit of academic credentials and financial credit, always seeking the logic of neoliberalism.

Keywords: Human Development; Formation of Brazilian Society; Brazilian Higher Education.

## INTRODUÇÃO

As características de colonização exploratória do Brasil deixaram marcas profundas no processo histórico da formação da nossa sociedade. As diferenças de clima entre as zonas temperadas e as zonas tropical e subtropical fizeram os europeus optarem pela região de zonas temperadas como colônia de povoamento, já que se assemelhavam ao clima europeu e as zonas tropical e subtropical como colônia de exploração pelas características climáticas difíceis de adaptação e pelas diferenças aqui encontravam gêneros de produtos de grande valor comercial.

A colonização somente com o propósito de exploração é atrelada ao conceito de retirar toda a riqueza daquele local e não desenvolver vínculos com a região. Enriquecer na colônia e retornar para viver no país de origem (PRADO JÚNIOR, 2000).

O processo histórico de constituição do ensino superior no Brasil foi pautado pelo processo da formação da sociedade brasileira. Desde a sua criação, a Universidade é um fim em si mesma, esta Universidade não se comunica com a presença cultural, não se relaciona com o processo de integração nacional como influencias dinâmicas construtivas de alcance revolucionário.

Um país colonizado e subdesenvolvido criou Universidades subdesenvolvidas, que são fontes de pesquisa que respondem aos interesses dos países capitalistas. Precisa-se de uma universidade como fonte de autonomia cultural (FERNANDES, 1978).

Neste estudo pretende-se discutir como a constituição das Universidades, faculdades e todas as instituições de Ensino Superior estão diretamente relacionadas à formação da sociedade brasileira, e como as dificuldades encontradas na educação superior se legitimam pelo processo histórico do país desde o período colonial.

Vale destacar que o presente artigo caracteriza-se por uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, de natureza básica. O instrumento utilizado para a coleta de dados são referencias bibliográficas que se referem ao tema discutido e analisado.

## FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

O ponto de partida desta análise é o final do período da colônia, uma vez que se apresenta, segundo Prado Júnior (2000) como um termo final e a resultante de toda nossa evolução anterior, sua síntese.

Precisamos reconstituir o conjunto da nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizaram a história dos países europeus a partir do séc. XV; atividade que integrou um novo continente na sua órbita, paralelamente aliás ao que se realizava, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia. Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem., que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos estes acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não são senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 8-9).

Os acontecimentos dessa era denominada dos descobrimentos visavam unicamente o desenvolvimento do comércio europeu, não existindo inicialmente, a ideia de povoamento dos territórios. Pretendia-se, apenas, ocupar o necessário à facilitação da extração de matérias destinadas ao comércio. A colonização era entendida apenas como o estabelecimento de feitorias comerciais (PRADO JÚNIOR, 2000).

E esse novo sistema de colonização de territórios primitivos apresentará problemas de feição variada, como a exploração, a princípio, de produtos espontâneos, extrativos, como madeiras, peles de animais, pesca e metais preciosos (PRADO JÚNIOR, 2000).

Nesse processo destacam-se duas áreas em que a colonização toma rumos diversos: a zona temperada e as zonas tropical e subtropical. Essa colonização é influenciada pela situação interna da Europa, em particular da Inglaterra - as lutas político-religiosas, bem como o fator econômico. Na zona temperada da América a ocupação não guarda relação direta com os interesses mercantis. O que os colonos buscam é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas. O que resultará deste povoamento, embora com caracteres próprios, terá semelhanças com a do continente de onde se origina. Será um prolongamento da Europa (aqui os portugueses não foram pioneiros). A colonização nesta zona só progrediu à custa de um processo de seleção que resultou um tipo de pioneiro, o característico *yankee* (PRADO JÚNIOR, 2000).

Diversa é a história da colonização das zonas tropical e subtropical. Para estabelecer-se aí, o colono europeu tinha de encontrar estímulos diferentes e mais fortes que os que o impelem para as zonas temperadas. As condições naturais tão diferentes do habitat de origem foram um dos obstáculos, mas que se tornou uma vantagem com o decorrer do tempo, uma vez que lá se produziam gêneros alimentícios que faziam falta na Europa. Vendo esse interesse mercantil, o colono europeu veio para esta zona como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial. Outros trabalhariam por ele. Para esta zona o europeu só se dirige de livre e espontânea vontade. Mais uma circunstância que vem reforçar esta tendência e discriminação (PRADO JÚNIOR, 2000).

Segundo Prado Júnior (2000) na zona temperada tivemos uma escravidão temporária de colonos europeus que foi no século XVII substituída pela escravidão definitiva de negros importados. Nas demais colônias tropicais inclusive o Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Foram escravizados os negros e os índios.

Para o autor, no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização nas zonas temperadas foi propriamente de povoamento, enquanto que nas zonas tropical e subtropical, toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais em benefício da Europa. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes (PRADO JÚNIOR, 2000).

Indo à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão; em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com esse objetivo exterior é que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá nesse sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. O sentido da evolução brasileira ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização (PRADO JÚNIOR, 2000).

No tocante a organização social brasileira, a principal característica dessa sociedade do início do século XIX é a escravidão, sendo que suas consequências são presentes até hoje na organização econômica, padrões materiais, morais, culturais, entre outros (PRADO JÚNIOR, 2000).

A escravidão ocorrida no continente americano e, em especial no Brasil, não se confunde com as formas de trabalho existente no mundo antigo ou nos séculos subsequentes. Decorrem unicamente dos descobrimentos ultramarinos que tiveram origem a partir do século XV. A escravidão americana se deu com o recrutamento de povos bárbaros e semibárbaros arrancados de seu território natural e incluídos, sem transição, em outra civilização totalmente diferente, reduzindo-os a um simples instrumento vivo de trabalho. Destaque-se que a passividade das culturas negra e indígena contribuiu para a imposição do branco sobre eles, em que pese seu reduzido número (PRADO JÚNIOR, 2000).

Quanto à função desempenhada pela escravidão, segundo Prado Júnior (2000) esta é considerável. Na economia da colônia, todo trabalho é servil. Todavia, dois setores possuem caracteres distintos: o das atividades propriamente produtivas e as do serviço doméstico. Apesar da amplidão e importância econômica muito maior do primeiro setor, o último não só é numericamente volumoso, como tem grande participação na vida social da colônia, influenciando-a. Tanto é verdade que se canalizou para a vida brasileira a maior parte dos malefícios da escravidão, bem como alguns benefícios (como o afeto da mãe preta e a culinária). Assim,

tão pequena margem de ocupações dignas se destine ao homem livre; se não é ou não pode ser proprietário ou fazendeiro, senhor de engenho ou lavrador, não lhe sobrarão senão algumas raras ocupações rurais (alguma ocupação mecânica que a escravidão não monopolizou) ou algumas profissões liberais (advogados, médicos, etc). A igreja por sua vez oferecerá oportunidades mais amplas, tanto que os mestiços são numerosos no clero brasileiro (PRADO JÚNIOR, 2000).

A conclusão que o autor chega é que os meios de vida, para os destituídos de recursos materiais, são na colônia, escassos e, com isso, surgem as milícias no interior dos sertões, os vadios, os criminosos, entre outros. Ressalte-se, mais uma vez, que isto é consequência da carência de ocupações normais e estáveis capazes de absorver, fixar e dar uma base segura de vida à grande maioria da população livre da colônia. Aliado a isso tem-se o sistema econômico da produção colonial que asfixiava o pequeno produtor, por não ter grande expressão comercial. As consequências são profundas: desloca-se os indivíduos livres da maior parte das atividades e os força para situações em que a ociosidade e o crime se tornam imposições fatais (PRADO JÚNIOR, 2000).

Um último fator apontado por Prado Júnior (2000) refere-se à instabilidade que caracteriza a economia e a produção brasileiras e não permite nunca assentarem-se em bases seguras, ocasionando uma evolução por ciclos em que se alternam, no tempo e no espaço, prosperidade e ruína, e que resume a história econômica do Brasil colônia.

Para Prado Júnior (2000) devido às particularidades da escravidão brasileira, surgiu um novo grupo, o chamado clã patriarcal, unidade em que se agrupa a população de boa parte do país, e que, na base do grande domínio rural, reúne o conjunto de indivíduos que participam das atividades dele ou se lhe agregam. Ao redor do proprietário das terras e sua família vem agrupar-se a população: uma parte por destino natural e inelutável, os escravos; a outra, pela atração que exerce o único centro existente, real e efetivo, de poder e riqueza. Também a igreja e seu clero, que constituem a segunda esfera administrativa da colônia, estão, em parte pelo menos, na dependência do grande domínio. Constituído numa sólida base econômica, e centralizando a vida social da colônia, o grande domínio adquirirá aos poucos os demais caracteres que o definirão, transpondo-se de simples unidade produtiva a célula orgânica da sociedade colonial; mais um pouco, e será o berço do nosso clã, da grande família patriarcal brasileira.

Nesse passo, conforme análise de Prado Júnior (2000) é o contato prolongado que se repete ao longo de gerações sucessivas, que vai modelando as relações internas do domínio, trazendo roupagens que disfarçam a crueza do domínio escravista, sendo consequência, também, dessa relação patriarcal, o estabelecimento de novas relações como os padrinhos, afilhado, compadres. Centrado na vida social da colônia, o grande proprietário se aristocratiza, uma vez que reúne riqueza, poder e autoridade. Estes grandes proprietários formarão uma classe à parte e privilegiada.

A partir desse momento tem-se, segundo o autor, uma mudança nas relações entre proprietário e escravos, passando o fazendeiro e seus filhos também a trabalhar, melhorando conceito de trabalho. As diferenças entre as regiões do Brasil acentuam essa mudança nas relações entre fazendeiros e escravos.

Com o desenvolvimento dos centros urbanos, a população fixa cresce, as funções se tornam mais diferenciadas e exclusivas, vão surgindo algumas autoridades fixas: os senhores rurais formam a classe dominante, mas não estão sós, surgem, conforme Prado Júnior (2000) autoridades administrativas, militares e eclesiásticas, bem como os profissionais liberais, como os advogados.

Por essas razões, tem-se no Brasil uma réplica da tradicional rivalidade de nobres e burgueses que enche a história da Europa, e que começa a apresentar os caracteres da nossa organização, ressaltando a distinção que começa a existir entre os nativos do reino e da colônia (PRADO JÚNIOR, 2000).

Nesse sentido, saliente-se que a cada época, a sociedade brasileira tem sido levada a pensar-se novamente, sempre com influência das ideias anteriores nas recentes. Destaquem-se as épocas principais em que o Brasil foi pensado (a partir da): Declaração da Independência de 1822; Abolição da Escravatura de 1888; Proclamação da República em 1889 (IANNI, 1994).

Em 1822, com a Declaração da Independência, diversas ilusões foram criadas de que o poder moderador resolveria de forma benigna a maior parte dos problemas; inquietações se apagaram; e arranjos de conciliação vieram. A liberdade trouxe a desorganização e anarquia, prevalecendo o escravismo, o absolutismo (IANNI, 1994).

Conforme Ianni (1994) as forças que predominaram no Brasil Colônia garantiram a continuidade sob o regime monárquico. As ideias, por sua vez, que surgiram, foram denominadas de pensamento moderno, evidenciando o anacronismo, o ecletismo e o exotismo quando comparadas com a realidade, não havendo preocupação com as referências do contexto, importando mais as ideias copiadas dos europeus. Os desafios da realidade eram uma referência constante.

Segundo o autor supracitado, a Declaração da Independência arrastou-se pelo século XIX; ao completar as mudanças cabíveis em 1822, o mundo capitalista já ingressava no século XX.

Em 1888-89 o Brasil aboliu a escravatura e a monarquia, proclamando a República e o trabalho livre, pregando uma europeização ou branqueamento da população, para acelerar o esquecimento dos séculos de escravismo (IANNI, 1994).

Neste contexto houve ampla fermentação de ideias e movimentos sociais, gerando a associação entre abolicionistas e republicanos na luta por conquistas democráticas. Procurou-se também entender os desafios que compõem e decompõem o Brasil como nação: quais seriam as condições e possibilidades de progresso, industrialização, urbanização, modernização, europeização, americanização, civilização do Brasil (IANNI, 1994).

Já a Revolução de 1930 provocou, conforme análise de Ianni (1994), precipitação das potencialidades das crises e controvérsias herdadas do passado, época em que desabrocham interpretações clássicas da história, reflexões e explicações sobre os dilemas da sociedade brasileira. Nesta década formularam-se as principais matrizes do pensamento social: a vocação agrária e possibilidades de industrialização; o capitalismo nacional e associado; o federalismo e o centralismo; o civilismo e o militarismo; a democracia e o autoritarismo; a região e a nação; a multiplicidade racial e a formação do povo; o capitalismo e o socialismo; a modernidade e a tradição.

Sob diversos aspectos, a história do pensamento brasileiro no século XX pode ser vista como um esforço persistente e reiterado de compreender e impulsionar as condições da modernização da sociedade nacional. Primeiro, no sentido de fazer com que a sociedade e o Estado, compreendendo as instituições sociais, econômicas, políticas e culturais, se aproximem dos padrões estabelecidos pelos países capitalistas mais desenvolvidos. Segundo, no sentido de conhecer, valorizar ou exorcizar as peculiaridades da formação social brasileira, tais como os séculos de escravismo, a diversidade racial, a mestiçagem, o trópico, o lusitanismo, o europeísmo etc (IANNI, 1994, p. 47).

Para Furtado (1978) o desenvolvimento brasileiro caracteriza-se pela concentração regional e social. O modelo de gestão pública implementado era composto de aspectos sociais negativos, os quais consistem da ausência política da ação do Estado, com baixos investimentos sociais, o que elevou a concentração de riqueza.

No período de 1964 a 1992, a Política Social Pública brasileira dividiu-se em três partes. A primeira trata da estratégia conservadora (1964 a 1985), marcada pela regressividade dos mecanismos de financiamento; centralização do processo decisório; privatização do espaço público; expansão da cobertura; e reduzido caráter redistributivo.

A regressividade dos mecanismos de financiamento público traduz uma Política Social Pública de caráter regressivo, restrita na utilização de recursos de natureza fiscal e pela prevalência das fontes autossustentáveis e parafiscais, refletindo o aspecto periférico dos objetivos redistributivos na estratégia de dominação e de desenvolvimento econômico. A centralização do processo decisório no Poder Executivo federal, por sua vez, excluiu a participação do controle social, com o debilitamento dos instrumentos democráticos tradicionais de representação, como os partidos, sindicatos, imprensa; instituiu um cerceamento dos direitos de primeira dimensão; e uma Política Social Pública formulada por agências burocráticas federais, como por exemplo, o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas) e o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS) (FAGNANI, 1997).

Já a privatização do espaço público decorreu da fragilização dos mecanismos democráticos de controle e representação social, facilitando o acesso do setor privados às principais arenas de decisão da Política Social Pública, acarretando na desconfiguração do caráter redistributivo das Políticas Sociais Públicas, uma vez que capturou grande parcela do gasto social. As duas últimas características demonstram uma ampliação da oferta de bens e serviços em diversos setores, demonstrando a capacidade de intervenção estatal no campo social (expansão da cobertura) e a redução do caráter redistributivo das Políticas Sociais Públicas (FAGNANI, 1997).

A segunda parte foi caracterizada pela busca de implementação de um amplo projeto de reorganização institucional e econômica, destacando-se os seguintes aspectos: no campo da educação, as medidas concebidas entre 1964 e 1967 e institucionalizadas entre 1968 e 1973 foram a reforma universitária (1968) e reforma do 1º e 2º grau (1971); na previdência social, tivemos a unificação dos IAP's com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1967; na área da saúde, institucionalizou-se, a partir de 1968, o modelo médico assistencial-privatista, gerando um crescimento de importância econômica, com um volume cada vez maior de recursos, permitindo uma acumulação progressiva de capital em seu interior; a política habitacional, por seu turno apenas deslançou em 1967, com a instituição do FGTS e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE); na área de saneamento básico, a Política Social Pública ganhou consistência apenas quando da criação do Fundo de Financiamento para o Saneamento (Fisane) e o Programa de Financiamento para Saneamento (Finasa) (FAGNANI, 1997).

A terceira e última parte da Política Social Pública no regime militar é caracterizada por dois movimentos conflituosos, superpostos e intermitentes. Conforme o autor supracitado, o primeiro é impulsionado por setores identificados com a estratégia reformista; o segundo, representa os setores conservadores que objetivam impedir esse processo.

Com a necessidade de se adaptar às exigências do capitalismo mundial, a partir dos anos 1990 no Brasil uma nova ofensiva burguesa foi engendrada, uma vez que a dominação da burguesia sobre as demais classes foi 'balanceada' com as eleições de 1989, na qual uma candidatura que representava os processos de organização dos trabalhadores e das classes médias quase ganhou as eleições presidenciais de Collor de Melo, que apesar de sagrar-se vencedor, não representava a vontade política da burguesia, o que acabou resultando em seu *impeachment* em 1992 (BEHRING, 2013).

Os passos dados pelo Brasil nesse processo de modernização capitalista contêm algumas contradições que balizam possibilidades e limites na configuração da hegemonia neoliberal.

A primeira e principal está na relação Estado/mercado, já que, ao mesmo tempo em que está previsto um fortalecimento do mercado, isto requer uma forte recomposição do Estado. A relação entre controle da inflação *versus* crescimento da dívida pública, que está no coração do Plano Real, e um conjunto de intervenções estatais contundentes, a exemplo do Proer, são a máxima expressão disso. [...] Outra contradição que se articula à anterior refere-se à perda de autonomia e soberania nacionais em função de uma ainda maior integração à ordem mundial. Trata-se de conciliar as requisições dessa nova inserção qualitativa com o equilíbrio interno.

A terceira contradição [...] é a crise social. Se o controle da inflação e o fôlego inicial de legitimidade por meio do crescimento imediato do consumo interno promovidos pelo Plano Real em 1994 foram suficientes para conter temporariamente a crise social, a tendência é de seu agravamento, por restrições políticas [...] e econômicas: o incentivo ao capital em detrimento de quaisquer iniciativas distributivas. [...] Essas contradições não inviabilizam necessariamente o projeto de modernização conservadora e que seus condutores teriam condições e margens de manobra para administrá-las, como de fato tiveram: mesmo com a crise cambial de 1998, FHC chegou a um segundo mandato. [...] Essa última contradição e a mais difícil de administrar – a contradição democrática –, uma vez que o projeto requer, como está sinalizado em momentos anteriores dessa problematização, uma alta dose de uso da força na relação Estado/sociedade civil, bem como um forte conluio entre Estado e interesses privados nacionais e internacionais, com aumento da corrupção (BEHRING, 2013, p. 118).

Assim, é tácito afirmar que as consequências atuais são resultantes do processo histórico estrutural do modelo de desenvolvimento brasileiro, cuja caracterização se dá não como uma nação autônoma, mas sim, em situação de subserviência. Portanto, o subdesenvolvimento deve ser compreendido como um problema que se coloca em termos de estrutura social.

Denota-se assim, o desenvolvimento pautado por uma minoria privilegiada, dissociada das estruturas sociais. A heterogeneidade social origina-se de uma sociedade regrada pelo consumo. As demandas sociais são ignoradas, dentre as quais a educação, cuja atribuição é a de proporcionar o crescimento, com propósito de conquistar o desenvolvimento, pois com este princípio, não se considera somente o aspecto econômico, mas também o cultural e o social. Com vistas a isto, a economia objetiva atender ao elemento humano, por meio da geração de riqueza, a fim de integrá-lo à comunidade como elemento produtor e beneficiado da produção, e consequentemente promover o crescimento e por consequência o desenvolvimento econômico (VIEIRA; RETAMIRO; ARAÚJO, 2013).

Logo após a queda das taxas de lucro da década de 1970, houve uma resposta contundente do capital. Na década de 1980 o Brasil viveu aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda, dando origem à chamada “crise da dívida”, a qual impôs o discurso da necessidade de ajustes e planos de estabilização.

Nesse sentido, o Brasil adentra a década de 1990, do ponto de vista econômico, derruído pela inflação, o que fomentará ainda mais o discurso da hegemonia neoliberal, uma vez que o país está assolado pelo baixo nível de investimentos privados e públicos, sem solução consistente para o problema do endividamento e com uma difícil situação social.

A herança da ditadura, o fracasso do II Plano Nacional de Desenvolvimento e a ciranda financeira engendrada pelo endividamento, ocasionava a insatisfação da indústria, com o aumento da agiotagem do capital financeiro, o que deu origem, nos anos 1980, a duas possíveis saídas da crise: o neoliberalismo e o desenvolvimentismo (VELASCO E CRUZ, 1997).

Segundo análise de Behring (2013) a eleição de Tancredo Neves em 1985 pelo Colégio Eleitoral, com vistas a manter o controle conservador da redemocratização, numa espécie de contrarrevolução, impõe uma derrota das forças dos trabalhadores e populares que exigiam as eleições “diretas já”. Com o advento do Governo Sarney (1985-1990), mesmo incorporando, em alguma medida, as demandas das classes trabalhadoras e populares, evitando-se uma radicalização, prevaleceu a orientação econômica que pregava o papel do Estado como promotor das medidas requeridas.

Ironicamente, apesar da adoção do discurso liberal, a política industrial adotada em 1988, que estabelecia inúmeros subsídios do Estado e instrumentos indutores e estruturantes, caminhava lado a lado com medidas de liberalização e abertura do país. No ano de 1989, acontece a primeira eleição presidencial direta, com a concorrência, no segundo turno, entre dois projetos opostos – Lula (Partido dos Trabalhadores - PT) e Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional - PRN) – expressando as tensões entre as classes sociais, sagrando-se Collor como vencedor, o qual defendia reformas orientadas para o mercado, implicando num enxugamento do Estado como saída para a crise econômica e social (VELASCO E CRUZ, 1997).

Assim, têm-se os antecedentes ocorridos no Brasil com o fim da ditadura militar e as contradições da transição democrática, que criaram o ambiente para a implantação da contrarreforma do Estado a partir da década de 1990.

Com a crescente desconfiança na política e na democracia, bem como a abertura comercial e a reestruturação produtiva, que ocasionou um aprofundamento do desemprego, aliado aos fortes indícios de corrupção, acontece o *impeachment* de então Presidente da República- Fernando Collor de Mello, assumindo o governo o Vice-Presidente Itamar Franco, o qual objetivou recompor uma articulação política mais ampla possível, de forma a dar sustentação e condições de governabilidade. Nesse momento, Fernando Henrique Cardoso, à frente do Ministério da Fazenda, formula o plano de estabilização protagonizado pela nova moeda, o Real (BEHRING, 2013).

Cabe destacar que o Plano Real promoveu uma campanha de medo na população, ao propagandear a volta da inflação, que ultrapassa 50% ao mês em junho de 1994, caso o então candidato Fernando Henrique Cardoso não se lograsse como vencedor, com o objetivo de legitimar o Plano e seus condutores, e a retomada do poder pelas forças do capital brasileiro. Com a vitória de Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira- PSDB) e a consolidação do Plano Real, o Brasil enfrentou o

sucateamento de sua estrutura de forma a implantar os objetivos neoliberais (BEHRING, 2013).

Analisados os contextos e fatos da formação da sociedade brasileira, cumpre-nos, agora, adentrarmos na discussão do Ensino Superior brasileiro.

## **ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

No que tange à história do ensino superior no Brasil, seu surgimento aparece atrelado à chegada da Corte Portuguesa (novembro de 1807) com a proposta de graduar servidores e burocratas para o Estado.

A universidade surgiu somente em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro pelo governo federal, formada pela união cursos de Medicina, Direito e Politécnico. Em seguida, em 1927, foi também criada a Universidade de Minas Gerais a partir da união de poucos cursos superiores. Anteriormente havia sido constituída a Universidade do Paraná, em 1912, por um Decreto estadual que estava em desacordo com o Decreto-lei nº11.530 de 1915, que determinava que somente cidades com mais de 100.000 habitantes poderiam abrir escolas superiores e a cidade de Curitiba não atingia esta população (ROMANELLI, 1989).

A Universidade de São Paulo, fundada em 1934, com o propósito de graduar professores para o magistério e fomentar o desenvolvimento de pesquisas, passa a ser exemplo para o sistema educacional.

Nos anos 1950, com a ampliação das indústrias no país, o recuo da população rural, a criação de novos centros urbanos e a formação nacional da economia fundada no capitalismo, ocorreram grandes transformações na distribuição de renda do país, com a criação de novos grupos sociais, sem que a elite perdesse o controle político e de riquezas. Com este cenário, a educação perde, a paços limitados, o caráter de privilégio social. Em um clima de lutas sociais, alguns setores da sociedade reivindicaram a modernização do ensino superior, associado ao debate sobre ensino público versus privado. (FERNANDES, 1976). Esse debate obteve como resposta a criação da Universidade de Brasília (UNB), instituída pela Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, (FAVERO, 2006). Destaque-se que o movimento estudantil, que se deu por intermédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), foi um ator fundamental para a história da reforma universitária no Brasil.

Ressalte-se, que o poder transformador da educação, por muitas vezes é suplantado ao se implementar uma carga de atividades seculares tecnicistas. Credita-se tal fato ao modelo adotado nos anos 60 e 70, período em que o Brasil vivenciava uma transformação política e econômica, quando o governo militar implementava significativas reformas em relação a todo sistema educacional do país, com vistas a promover uma aliança entre a tecnoburocracia militar e civil e a burguesia industrial e financeira nacional e multinacional (GHIRALDELLI, 1990). O processo escolar brasileiro foi cunhado pela “tecnização” e uma “expansão controlada”, com o intuito de preparar a mão de obra trabalhadora do porvir, para o crescimento econômico esperado para tais décadas, decorrentes dos planos econômicos PND’s I e II.

Devido ao golpe de 1964, várias universidades e o movimento estudantil sofreram forte repressão, coibindo com rigor quaisquer críticas. O golpe promove a continuidade do modelo econômico, com aumento da industrialização, especialmente pelas indústrias internacionais, fortalecendo no país uma classe média para consumo e para mão de obra.

Nesse passo, a universidade passa a ser a chance de ascensão desta classe, com capacidade de formar profissionais especialistas para atender a demanda de profissionais destas indústrias. Assim, conter-se-iam as insatisfações, como por exemplo, com a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), que fora implementado sob a influência da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994).

Durante o governo militar foram firmados acordos entre o MEC e *United States Agency for International Development* (USAID), cuja proposta era “conseguir a formação do espírito cívico e da consciência social, conforme os ideais do desenvolvimento pacífico de respeito aos direitos humanos e de justiça social” (GHIRALDELLI, 1990).

Tais convênios marcaram a educação brasileira de forma significativa e seus reflexos estão presentes até hoje na estrutura educacional das Universidades, visível nos currículos das Universidades do Brasil, a USAID encarava o ensino superior como elemento da formação de recursos humanos e estes como meios para aumento da produção industrial e da produção agrícola” (CUNHA, 1988, p. 167).

Em 1968 a demanda estudantil por melhorias educacionais e especificamente pelos problemas de excedentes de alunos para as poucas vagas nas Universidades, são marcadas por intensos debates e manifestações nas ruas. Como resposta a este movimento o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU)<sup>1</sup> foi acionado para desenvolver um estudo para a reforma das Universidades.

Entre as medidas propostas pela Reforma, com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaem: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação. Apesar de ter sido bastante enfatizado que o “sistema departamental constitui a base da organização universitária”, não seria exagero observar que, entendido o departamento como unidade de ensino e pesquisa, a implantação dessa estrutura, até certo ponto, teve apenas caráter nominal. Por sua vez, embora a cátedra tenha sido legalmente extinta, em muitos casos foi apenas reduzida sua autonomia. A departamentalização encontra resistências desde o início da implantação da Reforma Universitária. Passadas mais de três décadas, observa-se ser o departamento, frequentemente, um espaço de alocação burocrático-administrativa de professores, tornando-se, em alguns casos, elemento limitador e até inibidor de um trabalho de produção de conhecimento coletivo. Com a Lei nº 9.394/96, o departamento não constitui mais exigência legal.

Quando ao vestibular unificado e classificatório, verifica-se que, no momento de sua implantação, exerceu dupla finalidade: racionalização no aproveitamento do número de vagas e admissão do ingresso não para determinado curso, mas para determinada área de conhecimento. A introdução do vestibular unificado como recurso para tornar mais racional a distribuição de vagas vai se revelar problemática poucos anos depois (FAVERO, 2006, p.34).

Conforme explica Fernandes (1976) as primeiras Universidades, faculdade ou instituições de educação superior, não só no Brasil, mas em toda América Latina, sofriram e sofrem críticas por representarem um modelo superado, estas instituições acompanhavam o processo de transformação do contexto histórico-social. As instituições de ensino superior foram construídas com a proposta de ser uma ponte entre a colônia e o colonizador; educar a elite emergente para o mundo europeu civilizado. O colonizador não queria núcleos de produção do saber e centros de invenção criadora e seus interesses eram legitimados pelo controle limitado dos recursos do Estado para a educação.

Os poucos avanços que a Universidade teve foram para produzir mão de obra especializada para Administração Pública ou para as indústrias multinacionais que aqui instalavam para desenvolver suas atividades.

No início dos anos 1980, a publicação da Lei da Anistia, resultou no retorno de intelectuais exilados; estes depararam com uma Universidade sucateada, com problemas além da administração, problemas acadêmicos e políticos.

Dos anos 1990 até os dias atuais o ensino superior é marcado por legislações que associam o ensino superior a princípios de flexibilidade, competitividade e avaliação (SAVIANI, 2008).

A mais extensa e profunda reforma do ensino superior após o período da ditadura militar tem seu fundamento legal na LDB, Lei nº. 9.394/1996, que criou as bases para a disseminação de um ensino superior voltado ao mercado, com critérios de avaliação a ele inerentes, em contraposição ao padrão historicamente instituído.

---

1 Este Grupo de Trabalho foi criado antes mesmo do Golpe Militar. Constituído por intelectuais que trabalhavam com USAID e ATCON com a proposta de criar ações estratégicas de cunho moral e ideológico e preparar o país para a tomada do poder. Em 1968 o GTRU é instituído pelo Decreto nº 62.937, de 02.07.1968.

Com isso, o Ministério da Educação passa a ser o principal agente formulador de políticas e planos para educação, contando com o Conselho Nacional de Educação (CNE), que tem, entre outras atribuições, as funções normativas e deliberativas. Temos, também, uma concentração de decisões junto ao Poder Executivo.

O CNE fixa a sistemática dos exames de avaliação de desempenho para as universidades públicas e privadas, sendo que a sua regulamentação pelo Decreto nº. 2.306 /1997 torna cristalina a transferência do ensino superior para o mercado. O mesmo Decreto também delibera sobre as administrações das universidades particulares por intermédio de mantenedoras e condições para as entidades sem fins lucrativos.

Importante destacar que no Governo Lula (2003-2010), a expansão da educação superior se deu com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

Por sua vez, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) traz em seu bojo duas metas para o a educação superior:

A ampliação do acesso e a articulação entre os programas de financiamento do ensino superior. As universidades federais que abrirem ou ampliarem cursos noturnos e reduzirem o custo/aluno vão ganhar mais verbas. A meta é dobrar o número de vagas (hoje são 580 mil). Outra meta é a articulação entre o Fies e o ProUni, que permitirá o financiamento de 100% das bolsas parciais do ProUni e a quitação da dívida ativa consolidada das instituições de ensino superior (SEVERINO, 2008, p. 82).

Tavares (2011) afirma que a educação superior não fugiu a lógica capitalista. As universidades privadas transformaram-se um nicho de mercado com altas possibilidades lucrativas, consideradas como o ideal do pleno emprego, fazendo com que a demanda por este serviço aumentasse a passos largos, “crescendo, por um lado, a educação privada e, por outro, precarizando-se a educação pública, em todos os níveis do ensino” (2011, p. 239).

Conclui-se, assim, que nas duas últimas décadas o Brasil desenvolveu reformas universitárias, e que o principal legado é a transformação da educação em mercadoria, logo em mercado de acumulação de capital (MINTO, 2008).

Um dos caminhos apresentados por estas reformas são as propostas de financiamento ao ensino superior: nas instituições públicas, é mantido um controle como espelho das grandes indústrias em busca de um modelo de eficiência com novas formas de avaliação externa e desenvolvimento de metas de vendas de serviço; e, nas instituições privadas de ensino, o repasse financeiro é favorecido por meio de isenção fiscal.

Se a tendência privatizante já se manifestava antes da instalação da ditadura civil-militar, é certo que ela se aprofundou e se consolidou no decorrer da vigência desse regime. É procedente, pois, reconhecer que o favorecimento da iniciativa privada se constitui em mais um legado que nos foi deixado pelo regime militar e que vem se acentuando na última década. A tal ponto que, como assinala Fernando Rodrigues, em sua coluna na *Folha de S.Paulo* de 09/05/2007, o governo Lula também vem aprofundando “sua aposta no ensino superior privado”. Refere-se ele ao Projeto de Lei n. 920, enviado ao Congresso em 30 de abril, que “é uma mãe para esses estabelecimentos universitários”. Com cerca de 2 mil escolas, o setor privado “deve mais de R\$ 1 bilhão em impostos atrasados” que, pelo projeto apresentado, poderão ser pagos em 120 parcelas mensais, com juros à taxa SELIC de 12,5%. Além disso, as “dívidas fiscais vencidas e já protestadas” poderão ser trocadas por “matrículas de estudantes vindos do sistema do crédito educativo”, cuja “conta passa de R\$ 2,5 bilhões”. E Rodrigues assim arremata sua coluna: “Não há na proposta uma exigência sobre o padrão educacional das faculdades privadas para receberem os benefícios. Ensinam mal, acumulam dívidas e são salvas pelo governo. Lula assim reforça esse curioso oximoro da economia brasileira, o ‘capitalismo sem risco’” (Rodrigues, 2007, p. A-2) (SAVIANI, 2008).

Outro atalho é o enquadramento da educação superior para o mercado de trabalho “deslocando a produção teórica no sentido de um pragmatismo reducionista, que advoga para os saberes universitários uma utilidade prática imediata” (MANCEBO, 2006 p. 7), este fato fica nítido pela criação dos cursos de curta duração, cursos tecnológicos e pesquisas aplicadas ao mercado, como reflexo de uma educação privatizada por empresas que visam somente lucro sem se preocupar com a qualidade dos serviços prestados.

Para os países latinos o desenvolvimento significa a participação das sociedades nacionais na civilização ocidental. O subdesenvolvimento sucede do modo pelo qual estes países participam dessa civilização, através de uma posição dependente, que não se altera pela simples manifestação do crescimento econômico e da mudança sócio-cultural progressiva (FERNANDES, 1976). Estas marcas do subdesenvolvimento, estão presentes na Universidade:

As universidades da AL estão modificando suas relações com o padrão da civilização ocidental. Elas começam a desenvolver-se no sentido de saturar as funções potenciais que deviam preencher institucionalmente e tendem a fazer isso numa escala que se adapta, progressivamente, à negação e à superação do subdesenvolvimento. Portanto, as páginas da história estão virando. É provável que ao desempenhar tais funções elas se convertam em instituições diretoras, despertando em seus povos a consciência do valor da liberdade para a construção de seus destinos. (FERNANDES, 1976, p. 217)

Este pensamento promissor datado de 1976 por Florestan Fernandes ainda é contemporâneo, o ensino superior, nos dias de hoje, está marcado pelo seu processo histórico de criação, as reformas instauradas pelo Regime Militar deixaram uma cicatriz difícil de curar. Deparamos com uma universidade ainda dependente dos países ocidentais, é necessário desenvolver uma Universidade capaz de se comunicar com uma nova presença cultural, relacionando-as com o processo de integração nacional como influencias dinâmicas construtivas de alcance revolucionário. (FERNANDES, 1976).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Superior brasileiro, como instituição social, exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no seu interior a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. Essa relação interna ou expressiva entre o Ensino Superior e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, foi uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

A forma atual do capitalismo caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes. A sociedade aparece como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares, competindo entre si. Sociedade e natureza são reabsorvidas uma na outra e uma pela outra porque ambas deixaram de ser um princípio interno de estruturação e diferenciação das ações naturais e humanas para se tornarem, abstratamente, “meio ambiente”; e “meio ambiente” instável, fluido, permeado por um espaço e um tempo virtuais que nos afastam de qualquer densidade material; “meio ambiente” perigoso, ameaçador e ameaçado, que deve ser gerido, programado, planejado e controlado por estratégias de intervenção tecnológica e jogos de poder. Por isso mesmo, a permanência de uma organização depende muito pouco de sua estrutura interna e muito mais de sua capacidade de adaptar-se celeremente a mudanças rápidas da superfície do “meio ambiente”. Onde o interesse pela ideia de flexibilidade, que indica a capacidade adaptativa a mudanças contínuas e inesperadas (CHAUÍ, 2003 p. 7).

Assim, o Ensino Superior não fugiu a lógica capitalista, sendo as universidades privadas um nicho de mercado com altas possibilidades lucrativas, aumentando a demanda por este serviço exponencialmente. Tanto é que nas duas últimas décadas as reformas universitárias promovidas deixaram como principal legado a transformação da educação em mercadoria, logo em mercado de acumulação de capital.

Na reconstrução da lógica inerente ao processo de reforma do Ensino Superior, os elementos apresentados revelam uma continuidade das propostas apresentadas recorrentemente, uma vez que são produtos da permanência no governo de dirigentes e quadros técnicos, permitindo traçar, também, um elemento de continuidade entre os governos.

Portanto, ao perpassar todas as dimensões das reformas implementadas, concluímos que o sucateamento do Ensino Superior ocorreu, em grande parte, devido ao aceleração da privatização do ensino. Tal crescimento fez-se com a concordância governamental diante da qualidade insuficiente do ensino ministrado nas instituições privadas e até mesmo com o benefício do credenciamento acadêmico e do crédito financeiro, visando sempre à lógica do neoliberalismo.

Nos dias de hoje, o Ensino Superior está marcado pelo seu processo histórico de criação, sendo que as reformas instauradas pelo Regime Militar deixaram marcas profundas difíceis de curar. A universidade ainda dependente dos países ocidentais, sendo necessário desenvolver uma habilidade de comunicação com uma nova presença cultural, relacionando-as com o processo de integração nacional, como influências dinâmicas construtivas de alcance revolucionário.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. **Reorganiza o ensino secundário e o superior na República**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>. Acesso em 21 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. **Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3998-15-dezembro-1961-376850-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 21 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 62.937, de 02 de julho de 1968. **Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 24 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1996. **Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19131.htm). Acesso em 21 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.306, de 19 de Agosto de 1997. **Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2306.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm). Acesso em 24 out. 2014.

CUNHA, L. A. C. R. **A Universidade Reformanda: O Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior**. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 24, p. 5-15, 2003.

FAGNANI, E. Política social e pactos conservadores no Brasil – 1964-92. In: **Economia e Sociedade**: Revista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, n. 8, jun. 1997, p. 59-102.

FAVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar em Revista, 2006.

FERNANDES F. **Circuito Fechado**. Quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: HUCITEC, 1976.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

IANNI, O. O Brasil Moderno. In: **A ideia de Brasil Moderno**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 7-50.

MANCENO, D.; CHAVES, V. L. J.; MAUÉS, O. **Crise e reforma do Estado e da universidade brasileira**: implicações para o trabalho docente. Educar em Revista, Curitiba, 2006.

MINTO, L. W. **Governo Lula e “reforma universitária”**: presença e controle do capital no ensino superior. Educação e Sociedade, v. 29, p. 1246-1249, 2008.

PRADO JÚNIOR, C. **Sentido da Colonização**. Organização Social. In: Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 7-24; 277-306.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Ed. Petrópolis, RJ: 1986.

SAVIANI, D. . **O legado educacional do regime militar**. Cadernos CEDES (Impresso), v. 28, p. 291-312, 2008.

TAVARES, M. A. **Trabalho na contemporaneidade**: uma reflexão sobre a atividade docente. Argumentum (Vitória), v. 3, p. 238-250, 2011.

VELASCO E CRUZ, S. C. **Estado e economia em tempo de crise**: política industrial e transição política no Brasil nos anos 80. São Paulo: UNICAMP, 1997.

VIEIRA, E. T.; RETAMIRO, W.; ARAUJO, E. A. S. A educação como ferramenta para o desenvolvimento. In: **Meridiano - Revista de Geografia**, v. II, p. 9-26, 2013.

XAVIER, M. E.; RIBEIRO, M. L.; NORONHA, O. M. **História da educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.